

8. PROCEDIMENTO CPI/01/23/DCP - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADORES SALVADORES

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal de todas as propostas constantes no ponto 3.º da **informação de abertura do procedimento**, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara em 09 de dezembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo.

A assunção de encargos plurianuais está autorizada pela Assembleia Municipal (sessão de 30 de dezembro de 2021), tendo sido a respetiva GOP aprovada na mesma sessão.

A chefe da DCP,

Despacho

Com fundamento na presente informação aprovo as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro:

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião

Dou o parecer favorável mencionado no movimento 9, constante no relatório do documento interno 78391 de 8/11/2022

O Presidente da Câmara,


(Ricardo Rio)**1. Informação****Data**

07/12/2022

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/01/23/DCP	Lote 1: 401.421,48€;	36 meses
	Lote 2: 431.107,53€	
	Total 832.529,01€	

Objeto Aquisição de serviços de nadadores salvadores

CPV 92620000-3 Serviços relacionados com o desporto

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Seg.s	TOTAL
€	277.509,67€	277.509,67€	277.509,67€	-	832.529,01€

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

3.2 Da aquisição de serviços e dispensa dos limites previstos, para efeitos do disposto no artigo 61.º, n.º 4 da LOE 2022.

- 3.3** Parecer prévio vinculativo para efeitos do disposto no artigo 61.º, n.º 7 da LOE 2022.
- 3.4** Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP.
- 3.5** Da escolha do procedimento de **concurso público com publicitação no JOUE**, nos termos do artigo 38.º do CCP.
- 3.6** Da entidade a convidar, nos termos do artigo 113.º, n.º 1 do CCP.
- 3.7** Do gestor do contrato (art.º 290º-A): Dra. Rosa Canário
- 3.8** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67º, nº1 do CCP, o qual poderá só entrar em funções caso seja apresentada mais do que uma proposta, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.
- 3.9** Do programa de concurso, do caderno de encargos, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP.
- 3.10** Do convite e do caderno de encargos, em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
- 3.11** Da delegação no júri, nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais, para a decisão sobre:
- 3.11.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento por via eletrónica;
 - 3.11.2** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
 - 3.11.3** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.11.4** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
 - 3.11.5** Notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, bem como a notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º do CCP;
 - 3.11.6** A prorrogação do prazo de apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do .º 1 do art.º 132º do CCP.
- 3.12** Delegação nos serviços do DF/DCP – Departamento Financeiro/Divisão de Contratação Pública, as competências acima delegadas no júri, caso este não entre em funções, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.

4. Decisão de contratar

De acordo com o referenciado pelo serviço requisitante, a necessidade deste serviço encontra-se justificada no ponto 3.1 da informação preparatória de início de procedimentos de contratação e pretende-se com a obrigatoriedade da presença de Nadadores Salvadores, de acordo com a Lei nº 68/2014 de 29 de agosto, atualizada com nova redação pela Lei nº 61/2017 de 1 de agosto, em piscinas climatizadas, piscinas balneares e praias fluviais / águas balneares.

5. Aquisição de serviços – LOE 2022

O artigo 61.º, n.º 1 da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho de 2022, que aprovou o Orçamento do Estado para 2022 (Lei do OE/2022), refere que "Os valores gastos com contratos de aquisição de serviços ..., que venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2021, não podem ultrapassar:

- a) Os valores gastos de 2021, considerando o valor total agregado dos contratos, sempre que a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente; ou
- b) O preço unitário, caso o mesmo seja aritmeticamente determinável ou tenha servido de base ao cálculo dos gastos em 2021."

No caso em apreço e pese embora exista no mesmo CPV 995€ em 2021, verifica-se que em nada estão relacionados com prestação de serviços de nadadores salvadores.

Considera-se por isso trata-se da celebração de um **novo contrato** de aquisição de serviços com idêntico objeto (CPV) de contrato vigente em 2021, **pelo que não se encontra enquadrado** no artigo 61.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho de 2022, que aprovou o Orçamento de Estado para 2022 (LOE 2022).

5.1 Parecer prévio vinculativo – artigo 61.º n. 7.º

Importa ainda referir que, tratando-se no presente contrato, de aquisição de serviços de tarefa e avença, enquadrando-se no n.º 7 artigo 61.º da LOE 2022, o parecer prévio vinculativo de acordo com o n.º 8 do referido artigo, depende:

- a) Da verificação do carácter não subordinado da prestação de trabalho, para a qual se releve inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público;
- b) De emissão de declaração de cabimento orçamental pelo órgão, serviço ou entidade requerente.

Requisitos estes que se encontram plasmados na informação com a **n.º 79026/2022**, e informação de cabimento prévio **N. Seq.: 75259**

Face ao exposto solicita-se a emissão de parecer favorável, nos termos do n.º 7 do artigo 61.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho, conforma proposta constante no ponto 9 do relatório do documento interno anexo a esta informação que aqui se dá por integralmente reproduzida.

6. Cabimento Prévio N. Seq: 75259

7. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na sua atual redação e de acordo com o artigo 474º do CCP, n.º3, alínea c) do CCP, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2021/1952: acima dos 215.000,00 deverá a escolha do procedimento ser concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.	O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 832.529,01 €, IVA excluído.

8. Fundamentação do Preço Base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, ao abrigo do presente contrato.

9. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- a. Programa de Concurso (132.º)
- b. Caderno de Encargos (42.º a 49.º)

10. Encargos Plurianuais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 23º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2022, 30 de dezembro de 2021 (Órgão Deliberativo).

Considerando ainda o disposto no n.º 3 do artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, dentro dos 60 dias anteriores ao fim do ano económico, podem ser efetuadas adjudicações de bens ou serviços cujos efeitos se iniciem no começo do ano económico imediato, desde que se verifiquem, cumulativamente as seguintes condições:

- a) Constituir o fim da adjudicação ou da celebração do contrato despesa certa e indispensável;
- b) Os encargos contraídos não excederem a importância de dois duodécimos da verba consignada a despesas da mesma natureza no orçamento do ano em que se fizer a adjudicação ou se celebrar o contrato;
- c) Seja devidamente declarado que no projeto de orçamento aplicável foi inscrita a verba adequada para suportar a despesa.

E ainda no n.º 4 estabelece que a declaração referida na alínea c) do número anterior supre a informação de cabimento exigida no instrumento do contrato e obedece à condição do encargo vir a ser suportado pela correspondente verba do orçamento do ano económico imediato.

Tendo em conta as informações de cabimento emitidas pela Divisão de Contabilidade, julga-se estarem verificadas as condições previstas no mencionado diploma legal, pelo que se considera que os encargos com o presente procedimento estão autorizados ao abrigo da norma legal anteriormente citada.

11. Júri do Procedimento

Função	Nome	Serviço/Divisão
Presidente		Divisão de Desporto
Membros efetivos		Divisão de Desporto
		DCP
Membros suplentes		Divisão de Desporto
		DCP
		DCP
		DCP

12. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
	DCP

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

14. Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea b) da Lei 98/97, de 26 de Agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os contratos de obras públicas, aquisição de bens e serviços, bem como outras aquisições patrimoniais que impliquem despesa nos termos do artigo 48.º, quando reduzidos a escrito por força da lei;

Nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da LOPTC estatui que apenas ficam dispensados de fiscalização prévia os contratos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 46.º de valor inferior a 750.000,00€.

Face ao mencionado anteriormente o atual procedimento poderá estar sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas se o valor adjudicado for igual ou superior a 750.000,00.

15. Anexos

- a. Cabimento.
- b. Parecer DRH, nos termos do artigo 61.º n.º 7 da LOE 2022 – n.º 78391/2022.
- c. Programa de concurso.
- d. Caderno de Encargos.

16. Assinatura

O Gestor do Procedimento,

PROGRAMA DE CONCURSO

Índice

1. Identificação do Procedimento.....	2
2. Objeto do Procedimento	2
3. Entidade Adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	2
5. Fundamentação da escolha do Concurso Público	2
6. Júri	2
7. Preço base	2
8. Fundamentação do preço base	3
9. Documentos que constituem a proposta	3
10. Acesso às peças do procedimento	3
11. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem.....	3
12. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s).....	4
13. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)	4
14. Propostas variantes	4
15. Prazo da obrigação de manutenção das propostas	4
16. Concorrentes.....	5
17. Modalidade jurídica de associação de empresas.....	5
18. Esclarecimentos e listas de erros e omissões.....	5
19. Adjudicação por lotes.....	6
20. Critério de adjudicação	6
21. Critério de desempate.....	6
22. Regras de arredondamento	6
23. Negociações	6
24. Peritos ou consultores	6
25. Caução	7
26. Documentos de habilitação.....	7
27. Regime de Beneficiário Efetivo.....	9
28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação.....	9
29. Minuta do Contrato	10
30. Legislação aplicável.....	10
31. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP	11
32. ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO	12
33. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO	14
34. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO	15
35. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO.....	17
36. ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO	17

1. Identificação do Procedimento

Procedimento n.º Concurso Público n.º **CPI/01/2023** que visa a aquisição de serviços.

2. Objeto do Procedimento

Aquisição de serviços de nadadores salvadores.

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pelo/a:

Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, no exercício **de competência delegada** pelo Órgão Executivo na sua reunião de 18 de Outubro de 2021, de acordo com o disposto no nº2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução nº86/2011 de 11 de Abril.

5. Fundamentação da escolha do Concurso Público

Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a) em conjugação com o artigo 474º, nº3, alínea c), cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2017/2365, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Júri

1. O concurso é conduzido por um júri composto por três membros efetivos e dois suplentes.
2. Cabe ao Júri prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, de cada um dos lotes, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes esclarecimentos e documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

7. Preço base

1. O preço referido no número está dividido em Lotes da seguinte forma:
 - a. Lote 1: 401.421,48€;
 - b. Lote 2: 431.107,53€

2. É o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e que limita o preço contratual.

8. Fundamentação do preço base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, ao abrigo do presente contrato.

9. Documentos que constituem a proposta

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo I ao presente Programa de Concurso**;
- b) Declaração elaborada conforme o modelo anexo ao presente Programa - ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO, com indicação, **para cada lote a que concorra, preço hora e preço total**, de acordo com as quantidades estimadas, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;

10. Acesso às peças do procedimento

- 1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov com o endereço <https://www.acingov.pt>.
- 2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
- 3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

11. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

- 1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em : <https://www.acingov.pt>.
- 2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes pela plataforma um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos carregados na Plataforma, mediante a utilização de Certificado de Assinatura Qualificada, bem como a própria proposta, de acordo com o artigo 54.º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- 4. Nos casos em que o Certificado Digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à Plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

5. Sob pena de exclusão, quando a proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração a que se refere a alínea a) do ponto 9 do programa os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura eletrónica qualificada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
7. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
8. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais¹.

12. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.²

13. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **18h00 do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas³.

14. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

15. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

¹ Este número deve retirar-se sempre que não for aplicável ou adaptar-se ao pretendido.

² Nos termos do artigo 58.º, n.ºs 2 e 3, pode definir-se outra língua para a apresentação dos documentos com os atributos e termos ou condições.

³ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

O prazo de manutenção das propostas é de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

16. Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ao presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do acordo quadro, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

17. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

18. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso através da plataforma eletrónica ACINGOV com endereço <https://www.acingov.pt>.
2. No mesmo prazo, devem os concorrentes apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os esclarecimentos a que se referem os números anteriores são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
4. A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

19. Adjudicação por lotes

Os concorrentes podem apresentar **propostas para um, para vários ou para todos os lotes**, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

20. Critério de adjudicação

1. Para cada um dos lotes, a adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
 - a) **Monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
 - b) Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço.

21. Critério de desempate

Se por via da aplicação dos critérios definidos no número anterior se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo júri. A sessão para a realização do referido sorteio será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

22. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

23. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

24. Peritos ou consultores

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

25. Caução

1. Quando o preço total dos lotes adjudicados a um mesmo concorrente atinja ou supere os 500.000,00€, o adjudicatário será notificado da adjudicação e do valor da caução, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no nº 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 91.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a **2%** do preço total do contrato ou 10% , se o preço total do contrato for considerado anormalmente baixo, deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade que for indicada pelo Município de Braga nos termos do modelo constante do Anexo IV ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do Anexo V ao presente programa de concurso, que dele faz parte integrante.
3. Pode não ser exigida a prestação de caução, quando o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, [ou *declaração de assunção de responsabilidade solidária*] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.
4. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.

26. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - c) Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d) Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".

- e) Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial. ⁴
 - f) Declaração de início de atividade.⁵
 - g) Documentos de habilitação previstos nos números 3 e 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de Dezembro, quando for o caso.
2. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
 3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
 4. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 5. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
 6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
 7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
 8. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica "acinGov".
 9. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que

⁴ Não aplicável a entidades não comerciais.

⁵ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade indicada no artigo 8.º deste Programa do Procedimento.

10. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

27. Regime de Beneficiário Efetivo⁶

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE⁷**, ou respetivo código de acesso.
2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. (n.º 2 do art.º 85º do CCP).
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. (n.º 2 do art.º 86º do CCP).

⁶ Não aplicável a entidades em nome individual

⁷ Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. (n.º 3 do art.º 86º do CCP).

29. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

30. Legislação aplicável

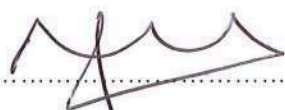
Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017, e sucessivas alterações, nomeadamente a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

Despacho:

Aprovo o presente Programa de Concurso.

Braga, 22, 12, 09

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)

31. ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP⁸

1. Nota Prévia

O Modelo de declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) ou (ESPD– European Single Procurement Document) disponibilizado no presente procedimento em formato “PDF” previamente preenchido pela entidade adjudicante e que pode ser obtido em formato eletrónico na área específica do Portal da Comissão Europeia, no link: <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> utilizando o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O(s) DEUCP(s) deve(m) ser assinado(s) eletronicamente, pelo(s) operador(es) económico(s) ou por representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada. Recomenda-se, para efeitos do preenchimento do formulário, a prévia leitura da Circular como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em: http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

2. Instruções

- a) O DEUCP, de formato eletrónico, deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/toolsdatabases/espd/filter?lang=pt>
- b) Selecionar “Sou um operador económico”, “Importar um DEUCP” e clicar “Escolher ficheiro”, após o que deve navegar no explorador de ficheiros até à localização do ficheiro “2018-10-espd-request.xml”.
- c) Uma vez carregado o ficheiro, selecionar “Portugal” na caixa “Selecionar país” e clicar “Seguinte”.
- d) Na Parte II [Informações sobre o operador económico], preencher os blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
- e) Na Parte III [Motivos de exclusão], responder às questões dos blocos A, B e C e clicar em “Seguinte”.
- f) Na Parte IV [Critérios de seleção] responder somente ao bloco a [Indicação global sobre todos os critérios de seleção] e clicar em “Seguinte”.
- g) Preencher somente a Parte VI [Declarações finais], clicar em “Exportar”, guardar o ficheiro “2018-10-espdresponse.xml”, imprimir o documento em formato PDF e guardá-lo com a designação “DEUCP”;
- h) Anexar o ficheiro criado no ponto anterior aos documentos a submeter no procedimento.

⁸ Se for concurso público sem publicação no JOUE, deve colocar-se o Anexo I do CCP, de acordo com o modelo constante no presente programa de concurso.

32. ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a), n.º 1 do art.º 57.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. (nome, número de documento de identificação⁽⁹⁾ e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁰⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽¹¹⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽¹²⁾:
 - a.
 - b.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

⁽⁹⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽¹⁰⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽¹¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁽¹²⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)⁽¹³⁾.

⁽¹³⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

33. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de
(¹⁴) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (¹⁵) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (¹⁶)] os documentos comprovativos de que a sua representada (¹⁷) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (¹⁸)]

(¹⁴) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(¹⁵) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(¹⁶) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(¹⁷) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(¹⁸) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

34. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PREÇO

1. (nome, número de documento de identificação⁽¹⁹⁾ e morada), na qualidade de representante legal de ⁽²⁰⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²¹⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que se obriga a executar a prestação de serviços, no prazo de 36 meses previstos no caderno de encargos, pelo preço contratual de €
(..... euros), nos termos do disposto do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui imposto sobre o valor acrescentado (IVA)/isento de IVA²², para o **lote 1**, de acordo com os preços unitários constantes da tabela infra.
3. Declara também que se obriga a executar a prestação de serviços, no prazo de 36 meses previstos no caderno de encargos, pelo preço contratual de €
(..... euros), nos termos do disposto do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui imposto sobre o valor acrescentado (IVA)/isento de IVA²³, para o **lote 2**, de acordo com os preços unitários constantes da tabela infra.

LOTE	Unid.	Descrição	Total horas	P.Unit (s/ IVA)	Valor total
1	Hora	Lote 1 – Serviço Vigilância Piscinas Municipais Climatizadas	44.652		

⁽¹⁹⁾ Indicar o n.º do BI ou do CC

⁽²⁰⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁽²¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

²² Retirar o que não se aplica

²³ Retirar o que não se aplica

LOTE	Unid.	Descrição	Total horas	P.Unit (s/ IVA)	Valor total
2	Hora	Lote 2 – Serviço Vigilância Piscinas Balneares e Praias Fluviais	41.097		

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

35. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária), declara que _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs 3 e 4 do 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de _____ €, como caução exigida para _____ (identificação do procedimento).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante).

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

36. ANEXO V - MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6 e 8 / 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, e com ela o banco garante assumir o compromisso irrevogável de pagar, logo à primeira solicitação e sem direito de protesto ou reclamação ou qualquer reserva, toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer

objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia entra em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Braga, através do seu Presidente, não podendo ser anulada ou alterada sem o seu consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1. Objeto.....	2
2. Prazo do contrato.....	2
3. Obrigações principais do adjudicatário.....	2
4. Preço contratual	3
5. Condições de pagamento.....	4
6. Penalidades contratuais.....	5
7. Dever de sigilo.....	6
8. Proteção de dados pessoais	6
9. Força maior	7
10. Resolução por parte da entidade adjudicante.....	7
11. Resolução por parte do adjudicatário	8
12. Foro competente	8
13. Subcontratação e cessão da posição contratual	8
14. Comunicações e notificações	8
15. Gestor do Contrato	9
16. Contagem dos prazos	9
17. Legislação aplicável.....	9
Parte II – Cláusulas Especiais	10
18. Especificações técnicas.....	10

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. Procedimento n.º **CPI/01/23/DCP**.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de Serviços de Nadadores Salvadores.

2. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor pelo período de 36 meses, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente.
3. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º n.º 1 alínea a) e n.º 2 alínea a), do Código dos Contratos Públicos (CCP).
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
5. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

3. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.
 - d. Obrigação de se responsabilizar por todos os danos causados ao Município de Braga, relativos à prestação do serviço objeto do presente caderno de encargos e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais.
 - e. Obrigação de assegurar a presença atempada dos nadadores salvadores nos locais e horários definidos nas especificações técnicas, devidamente equipados e aptos para iniciar de imediato as suas funções.

- f. Dar conhecimento de todos os relatórios de ocorrência produzidos nos vários locais de vigilância, para endereço/contacto articulado entre as partes no momento da celebração do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
4. Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
5. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

4. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, corresponde ao somatório dos preços horas unitários multiplicados pelas quantidades, e não pode, em qualquer caso, ser superior a 832.529,01€ (valor sem IVA), dividido pelos seguintes lotes:
 - a. Lote 1: 401.421,48€;
 - b. Lote 2: 431.107,53€
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, ou nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
 - a) Pagamentos mensais, de acordo com as horas efetivamente prestadas
5. No fim de cada ano de vigência do contrato e em caso de prorrogação do prazo do mesmo há lugar a revisão do preço no termo de cada ano de vigência, a qual traduzirá a variação média do Índice de Preços no Consumidor, excluindo habitação¹, do último mês publicado à data da renovação.

¹ Adaptar a cada situação

2. No fim de cada ano de vigência do contrato, e a pedido devidamente fundamentado do co-contratante, os preços unitários hora poderão ser objeto de revisão, desde que existam condicionantes externas que o justifiquem, e que coloquem em causa a normal execução do contrato, de acordo com a taxa de variação do salário mínimo nacional e de acordo com a seguinte expressão:

$$P_{unit.}^i = P_{unit.}^0 \times \frac{Index^i}{Index^0}$$

em que:

- $P_{Unit.i}$ é o preço/unitário hora resultante da revisão;
- $P_{Unit.0}$ é o preço unitário/hora inicial do contrato, isto é, da(s) proposta(s) adjudicada(s); no caso do pedido ser efetuado no segundo ano de execução, ou no ano anterior ao pedido de atualização, no caso de se tratar do terceiro ano de contratação.
- $Index^i$ Valor do salário mínimo nacional no ano do pedido de atualização de preços;
- $Index^0$ Valor do salário mínimo nacional no ano de início da contratação da prestação de serviços, no caso do pedido ser efetuado no segundo ano de execução, ou no ano anterior ao pedido de atualização, no caso de se tratar do terceiro ano de contratação.

5. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2022 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt (Despacho 49/2022 – XXIII de 24/05/2022).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.

4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados mensalmente.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local:
<https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

6. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação de assegurar a presença pontual dos nadadores salvadores nos locais e horários definidos nas especificações técnicas, devidamente equipados e aptos para iniciar de imediato as suas funções, resultando no encerramento de piscinas ou insegurança por parte dos banhistas em praias fluviais, 200% do valor hora apresentado, por cada hora de encerramento/ausência de vigilância;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato até 5% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8. Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

9. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

10. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver

lugar.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

11. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

12. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

13. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

14. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

15. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato:

- a. Gestor do contrato: Rosa Canário

16. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

17. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

18. Especificações técnicas

Pretende-se com o presente procedimento a aquisição de serviços de nadadores salvadores de acordo com os seguintes lotes:

Lote 1 – Serviço Vigilância Aquática nas Piscinas Municipais Climatizadas de Maximinos, Rodovia, Tebosa e Parretas

Lotes	Local Vigilância	Nº Nadadores Salvadores	Horas/Semana Vigilância	Total Horas Semana	Período Abertura Semanas	Total Horas Ano	Total Horas 3 Anos
Lote 1	Piscina Municipal Maximinos	1	93	93	48	4464	44652
	Piscinas Interiores Rodovia	1	88,5	88,5	48	4248	
	Piscina Municipal Tebosa	1	58	58	48	2784	
	Piscina Municipal Parretas*	1	77	77	44	3388	

Observações:

- A Piscina Municipal das Parretas, no Lote 1, apenas estará disponível após obras de beneficiação, pelo que, neste momento apenas se encontra salvaguardada a abertura no período balnear;
- Segue em anexo os horários das piscinas.
- Os períodos de abertura das piscinas poderão ser sujeitos a alteração, de acordo com as políticas de ocupação de piscina

Lote 2 – Serviço Vigilância Aquática nas Piscinas Balneares da Rodovia, Ponte e Parretas e nas Praias Fluviais de Adaúfe, Merelim S. Paio, Ponte do Bico, Cavadinho e Navarra

Lotes	Local Vigilância	Nº Nadadores Salvadores	Horas/Semana Vigilância	Total Horas Semana	Período Abertura Semanas	Total Horas Ano	Total Horas 3 Anos
Lote 2	Piscina Municipal Ponte	1	66,5	66,5	14	931	41097
	Piscina Exterior Rodovia	2	66,5	133	14	1862	
	Piscina Municipal Parretas	1	66,5	66,5	10	665	
	Praia Fluvial Adaúfe	3	66,5	199,5	14	2793	
	Praia Fluvial Merelim S. Paio	2	66,5	133	14	1862	
	Praia Fluvial Ponte Bico	2	66,5	133	14	1862	
	Praia Fluvial Navarra*	2	66,5	133	14	1862	
	Praia Fluvial Cavadinho*	2	66,5	133	14	1862	

Observações:

- As Praias Fluviais de Navarra e Cavadinho, apenas se enquadrarão no Lote 2, após término das obras de beneficiação das infraestruturas de apoio e mediante designação da APA enquanto Água Balnear;
- Segue em anexo os horários das piscinas;
- As praias fluviais serão vigiadas das 10:00 às 19:30

Obrigações acessórias para os 2 lotes

- Os Nadadores Salvadores deverão possuir formação em DAE – Desfibrilhação Automática Externa.
- Todos os Nadadores Salvadores deverão ter cédula válida emitida pelo ISN e equipamento individual próprio.
- Os Postos de praia e postos de piscina serão disponibilizados pelo Município de Braga.

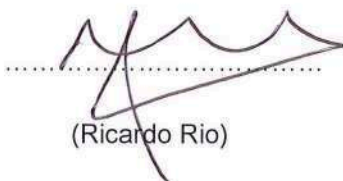
- Além do processo de vigilância, o adjudicatário terá de reabastecer as malas de primeiros socorros de cada local de vigilância.

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 22.12.09

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)